



Matheus de Sousa Paula Sarmiento*

RESUMO

Neste artigo trabalhamos, inicialmente, as noções teóricas de George Berkeley e seu Imaterialismo. Em particular, nos debruçamos sobre o raciocínio que o levou até a sua famosa máxima imaterialista: *ser é perceber e ser percebido*. Com esse caminho trilhado, partimos para investigar os elos potenciais entre essa conclusão epistemológica e o conceito da Permanência do Objeto, proposto por Piaget em seus escritos acerca da mente da criança. As consequências desse possível elo, especialmente os ecos do Egocentrismo Infantil dentro do Imaterialismo, são aqui discutidos. Os elos de semelhança que buscamos costurar entre Berkeley e Piaget transpassam como os dois veem a mente humana e sua relação com a linguagem, assim como trabalha o papel da representação mental no pensamento dos dois autores. Será que, mesmo separados por dois séculos, pode-se encontrar ecos da filosofia da mente de Berkeley nas conclusões de Piaget? Para investigar essa questão, mergulhamos nas obras tanto de Berkeley quanto de Piaget, lançando mão de exemplos sempre que possível, no meio desse percurso.

Palavras-chave: Imaterialismo. Permanência do Objeto. Egocentrismo Infantil. Representação. Linguagem.

Berkeley and Piaget: similarities between the immaterialist principle and the phenomenon of object permanence

ABSTRACT

In this paper, we initially work on the theoretical notions of George Berkeley and his Immaterialism. In particular, we look at the reasoning that led him to his famous Immaterialist maxim: *to be is to perceive and be perceived*. With this path taken, we sought to investigate the potential links between this epistemological conclusion and the concept of Object Permanence, proposed by Piaget in his writings about the child's mind. The consequences of this possible link, especially the echoes of Infantile Egocentrism within Immaterialism, are discussed here. The links of similarity that we seek to sew between Berkeley and Piaget go beyond how they both see the human mind and its relationship with language, as well as how the role of mental representation works in the thinking of the two authors. Could it be that, even separated by two centuries, we can find echoes of Berkeley's philosophy of mind in Piaget's conclusions? To investigate this question, we delved into the works of both Berkeley and Piaget, using examples whenever possible.

Keywords: Immaterialism. Object Permanence. Childish Egocentrism. Representation. Language.

Berkeley e Piaget: similaridades entre o princípio imaterialista e o fenômeno da permanência do objeto

1 Introdução

George Berkeley é um filósofo nascido na Irlanda em 1685 que destinou os primeiros anos de seus estudos universitários ao campo da arte. Tendo se formado nessa área, suas pesquisas nesse âmbito do conhecimento rapidamente o levaram a ficar curioso em destrinchar o funcionamento e pormenores de nossa visão (BERKELEY, 2008). Em suma, ele ansiava por descobrir como podemos perceber o mundo que nos rodeia.

Para isso, ele começou estudos sobre as cores e os meandros de nosso sentido óptico. Aliado a estas pesquisas, existia nele o sentimento de que as teses filosóficas de sua época (em especial, o empirismo britânico) estavam constantemente ameaçando a posição de Deus como fonte última do ser humano para adquirir conhecimentos sobre a realidade. Berkeley defendia que o empirismo britânico, embora tivesse muitos pontos interessantes, era vítima de uma vasta carência da presença de Deus em seus tratados e escritos (SARMENTO; SARMENTO, 2019). Essa carência, na perspectiva berkeleyana, abria espaço para o ceticismo adentrar com força nos círculos acadêmicos (BERKELEY, 2010).

Berkeley era particularmente enfático em atacar o ceticismo sobre a existência de Deus (CONTE, 2008). Para ele, esse era um tipo de ceticismo que ganhava asas graças a John Locke (bastante popular na época do pensador irlandês), que defendia a noção de que só podemos ter certeza do existir daquilo que os sentidos são capazes de registrar ou perceber (PIMENTA, 2007). Embora se incomodasse profundamente com a ausência de Deus nessa noção epistemológica, Berkeley não poderia negar que havia concordado com a mesma.

Frente a essa realidade – sua concordância com essa tese lockeana –, tentar conciliar o empirismo britânico com a existência de Deus se tornou uma de suas missões de vida. Acontece que desde tenra idade George era extremamente religioso e fiel aos ensinamentos do Senhor e percebendo que a premissa epistemológica lockeana poderia excluir a existência de Deus do mundo (uma vez que o mesmo não pode ser capturado através dos sentidos humanos de forma imediata), ele começou a procurar uma outra maneira de encaixar Deus nesse paradigma empirista da realidade. Essa maneira veio através da teoria Imaterialista.

A título de contextualização, John Locke foi um filósofo britânico contemporâneo de George Berkeley. Bastante prolífico, suas obras alcançam diversas áreas do pensamento humano, indo desde textos sobre economia a tratados que abordam a gênese de como viemos a tomar ciência do mundo que nos cerca. Desde cedo, Berkeley foi exposto às produções de John Locke no que tange ao campo da epistemologia, tornando-se um ávido estudioso das mesmas (SARMENTO, 2022).

A máxima que guia a teoria Imaterialista bebe diretamente dos estudos de Berkeley acerca das teses lockeanas. “Ser é Perceber e ser Percebido” é visto por Berkeley tanto como o alicerce (o fundamento) que sustenta sua filosofia quanto como o *princípio* que dá razão à nossa realidade. Na ótica berkeleyriana, ir contra esse *princípio* equivale a abraçar a insanidade e abdicar de nossa natureza racional, como destacado pelo próprio na passagem 411 de seus *Comentários Filosóficos*: “Considero que o contrário do Princípio que eu assumi tem sido a principal fonte de todo esse ceticismo e loucura [...] que em todas as épocas têm sido uma censura a razão humana” (BERKELEY, 2010c, p. 456-457).

A primeira parte dessa máxima se resume à afirmação “Ser é Perceber”. Isso é, para eu poder entrar na categoria de Ser dentro da visão Imaterialista de mundo, devo ter em mim a capacidade de registrar (e interpretar) aquilo que me rodeia. Agir sobre o que a realidade me apresenta em algum grau. Na principal obra Imaterialista, *Tratado Sobre os Princípios do Conhecimento*, essa parte da máxima berkeleyriana encontra-se expressa no sétimo parágrafo: “A Partir do que foi dito, segue que não há nenhuma outra substância a não ser o espírito, ou aquele que percebe” (BERKELEY, 2010, p. 61).

“E ser percebido” é a segunda parte da máxima de Berkeley e pode-se ver que o filósofo começa a sustentá-la desde cedo em seu texto, mais especificamente no terceiro parágrafo do Tratado: “e não parece menos evidente que as várias sensações ou ideias impressas sobre os sentidos [...] não podem existir de outro modo senão em uma mente que as perceba” (BERKELEY, 2010, p. 58). Grosso modo, significa que para algo poder Ser (e existir), esse algo precisa ser percebido por alguma mente. O percebido aqui serve como sinônimo para ser registrado (captado) por algum sentido. Essa parte final do princípio de Berkeley nasce da dúvida que ele acaba tendo enquanto estuda os textos epistemológicos de Locke (SARMENTO, 2022). Se para

algo existir é necessário que ele seja capturado por algum órgão sensorial, o que acontece com esse “algo” quando deixamos (por exemplo) de vê-lo ou escutá-lo?

Berkeley está ciente de que um objeto não deixa de existir tão somente por não estar sendo registrado por sua mente ou sentidos. Se (por exemplo) tenho uma mesa em uma sala de estudos onde apenas eu a uso e percebo, a mesma não deixa de existir quando de seu lugar (a sala de estudos) estou fora, como o próprio patrono do imaterialismo destaca no mesmo parágrafo de antes: “a mesa sobre qual escrevo, digo que existe, isto é, que a vejo e sinto; e, se estivesse fora da minha sala de estudos, diria que ela existe, querendo dizer com isso que, se estivesse na minha sala de estudos, poderia percebê-la, ou que outro espírito realmente a percebe” (BERKELEY, 2010, p. 59). O senso comum, assim como a experiência do dia a dia, reforça essa ideia.

A principal forma de explicar esse fenômeno, na ótica Imaterialista, é através da existência de uma mente que possa perceber o mundo de maneira constante (ausente de interrupções) e onipresente. Para Berkeley, somente a mente de Deus pode carregar essas duas qualidades necessárias em si. Em seus escritos, é Deus percebendo tudo o tempo todo que permite algo existir quando nenhum ser se encontra em suas imediações para registrá-la.

Uma segunda explicação, mais desconectada da teologia, pode ser levantada. Uma vez que Berkeley propõe que aquilo que concebemos como realidade não passa de Ideias (representações) que construímos, misturando o que nossos sentidos captam com nossas características subjetivas – imaginação e memória – para criar uma percepção sobre o mundo, é viável cogitar que em nossa mente possa residir a possibilidade de algo registrado poder ser percebido novamente (SARMENTO, 2022).

O que propomos aqui é, a partir dessa sucinta introdução ao pensamento de Berkeley, estudar possíveis similaridades entre o Princípio Imaterialista e o conceito da *permanência do objeto* como proposto por Piaget e dissecado mais à frente no artigo. Queremos levantar a hipótese de que, caso não se tenha cuidado com a leitura de *ser é perceber e ser percebido* em tempos contemporâneos, o mesmo poder desencadear uma visão de mundo potencialmente egoísta e individualista do mundo.

Uma vez que, como veremos logo adiante, o conceito da *permanência do objeto* leva diretamente a um tipo de egoísmo (no caso, o *egoísmo infantil*), apresentar os paralelos possíveis entre a tese de Piaget e o Princípio é uma forma de tornar mais

evidente que os dois conceitos, por interlúdio de suas similaridades, são capazes de direcionar para um mesmo desfecho: uma percepção egocêntrica de mundo.

Essa aproximação entre as teorias traz, em nossa interpretação, uma forma diferente de ver a máxima cunhada por Berkeley. Joga luz em facetas dessa máxima antes comumente ignoradas e, mais do que isso, coloca em evidência a possibilidade de se cair no egocentrismo caso tal forma de conceber a realidade fosse assumida sem ressalvas, apenas como um *fato bruto* e nada mais.

O que faremos nesse trabalho, uma costura preliminar entre as teses Imaterialistas e o conceito da *Permanência do Objeto*, não é algo que encontra respaldo na leitura (ou escrita) de Piaget sobre o que foi estudado e concluído por George Berkeley em suas obras. De fato, é improvável que Piaget tenha tido algum contato com as teorias Berkeleyrianas (GLASERSFELD, 1992). Acima de tudo, essas palavras são um exercício de imaginação e detecção de possíveis elos que potencialmente existem entre esses dois modos de perceber o mundo.

Antes de entrarmos no desenvolvimento do trabalho, queremos deixar claro nosso posicionamento pessoal: frente às possíveis facetas egocêntricas que possam vir a existir no Imaterialismo e em seu princípio, de forma alguma acreditamos que elas (por si mesmas) são poderosas o suficiente para que a leitura da filosofia Imaterialista seja condenada. Em nenhum nível concordamos com isso e certamente não concebemos esse trabalho com o intuito de fazê-lo ser um panfleto antagônico ao estudo de George Berkeley.

É verdade que quando alinhamos um termo tão pesado e negativo quanto o egocentrismo a uma filosofia corremos o risco de pintá-la de maneira pejorativa. Porém, asseguro que essa não foi nossa intenção. Apenas tínhamos como objetivo maior demonstrar (pelas tangentes) como nenhum pensamento humano (não importa o quão complexo e denso se revele) há de se encontrar livre das garras do egocentrismo. Em um mundo onde cada vez mais bolhas sociais se constroem, cada vez mais a aversão ao diferente e ao outro é inflamada e celebrada, temos como claro o pensamento de que devemos estar todo dia mais vigilantes e dispostos a perceber os pequenos egocentrismos que socialmente ainda nos aprisionam. Somente assim poderemos realmente lutar contra os fenômenos excludentes a que (ironicamente) as redes sociais e semelhantes têm dado cada vez mais corpo.

O próprio Piaget, ao ler as críticas que na época recebeu, graças aos seus livros que tratam da psicologia da criança, admite que foi infeliz ao associar abertamente a infância com algo tão cru (muitas vezes visto como maligno) quanto o egocentrismo, ao cunhar o termo egocentrismo infantil. Se esse traço estiver sozinho, a criança apenas está demonstrando (em algum grau) dificuldade de perceber a realidade do outro (FONZAR, 1986).

Particularmente defendemos que o diálogo entre áreas distintas do pensar (modos distintos de ver o mundo) deve existir para que a Filosofia não seja reduzida a um estado anêmico e dormente na sociedade. Uma Filosofia que perde de vista o contato com o Diferente (o contato com o Outro, com o que de mim se difere) para nós é uma Filosofia que (em última instância) abriu mão de seu potencial para sedimentar uma transformação (uma mudança, dialética) social.

II

No primeiro ponto do desenvolvimento, Similaridades entre o Princípio Imaterialista e o Fenômeno da Permanência do Objeto, iremos costurar os elos em potencial entre o *ser é perceber e ser percebido* de Berkeley com o conceito de *permanência do objeto* proposto por Piaget – naturalmente explicando esse último durante o processo. Já na segunda parte da seção, Egocentrismo Infantil e o Ser Perceber e Ser Percebido, vamos destrinchar as possíveis consequências de tal paralelo para uma leitura filosófica e contemporânea das teses Imaterialistas.

2.1 Similaridades entre o Princípio Imaterialista e o Fenômeno da Permanência do Objeto

Todo este cenário de que determinado objeto deixa de existir quando não é mais percebido pelos sentidos guarda certa semelhança com a primeira infância de uma criança. Em nossos primeiros meses de vida, ainda como bebês, podemos observar que se determinada coisa ou pessoa sai do campo de nossa visão comumente interpretamos que ele deixou de existir.

A visão para Berkeley é, de muitas maneiras, o sentido mais importante que temos para conseguir criar imagens da realidade e, através delas, ter a possibilidade

de interpretar (perceber) o mundo à nossa volta (SOCIO, 2015). De fato, a relevância que Berkeley dá ao fator visual é tanta que, dentro da teoria Imaterialista, sua primeira obra – *Ensaio para uma Nova Teoria da Visão* – trata justamente disso (BERKELEY, 2008). É crucial ressaltar, entretanto, que Berkeley reconhece em suas teses que uma linguagem construída na ausência da visão pode existir sem nenhum empecilho. Ela apenas seria distinta daquela que ele trabalha em maior grau em suas obras (CAPELLO, 2007).

O cenário em que o bebê é incapaz de perceber em seus primeiros anos de vida que um objeto não deixa de existir ao sair de seu campo de visão é destrinchado pelo psicólogo e biólogo do século XX conhecido como Jean Piaget. Para ele, isso acontece devido a, nessa fase, a criança resumir sua concepção da realidade ao que ela é capaz de detectar por suas atividades motoras. Em outras palavras, resumir o mundo ao que pode sentir e experimentar pelos seus sentidos.

Piaget pontua que, como a criança limita o real àquilo que ela pode tocar ou ver, ela termina por concluir que o real (o mundo) só existe por causa dela. Isso a levaria, em seu raciocínio, a um egocentrismo absoluto, à noção de que os objetos e pessoas existem necessariamente por sua causa. Essa fase egocêntrica só seria superada (de acordo com Piaget) quando o infante começa a desenvolver representações dos objetos por ela percebidos (BREMER; SLATER; JOHNSON, 2015).

Esse cenário é apontado por Piaget como o fenômeno da Permanência do Objeto e para explicá-lo de maneira sucinta o pensador lança mão de um exemplo: “Para um bebê, durante os primeiros meses, um objeto não tem permanência” (PIAGET, 1972, p. 2). Ele, o fenômeno da Permanência do Objeto, surge através do modo como uma criança tende a se relacionar com o mundo à sua volta. Mais especificamente, da linguagem que ela possui para interagir e dialogar. Em seus primeiros meses de existência, em seu contato de primeiro grau com a humanidade, a criança não dispõe das palavras para tornar seu vocabulário mais claro (PIAGET, 1999).

A criança, quando decide ou precisa interagir com o outro, só tem gestos manuais e sons em seu arsenal comunicativo. Quando se é bebê, tudo que ele deseja comunicar é virtualmente capaz de ser expressado por um único ato, o grito. E ainda que seus pais e próximos possam decifrar o que ele quer dizer (significar) por meio

do tempo de vivência com o infante e o contexto em que ele se encontra, esse método comunicativo não deixa de ser bastante incerto em sua natureza e, por consequência, precisa ser substituído por algo mais nítido – menos suscetível a dubiedade.

Piaget propõe que quanto maior domínio a criança tem da linguagem usada por seus semelhantes, das regras de uso que a ela pavimentam e sustentam, melhor ela poderá entrar em diálogo com seus parecidos e, assim, gradativamente, ter ferramentas para entender como o mundo do outro (do diferente a ele) funciona. É por meio desse entendimento, do fato de estar no mesmo terreno comum linguístico de seus semelhantes, que a criança começa a ter ferramentas para desconstruir esse seu tipo de egocentrismo. Afinal, como destaca o próprio autor, “o egocentrismo infantil é a confusão inconsciente do ponto de vista próprio com o ponto de vista dos outros” (PIAGET, 1951, p. 39).

O que queremos aqui ressaltar é a possibilidade da teoria Imaterialista, em algum nível, ter semelhanças com o conceito da Permanência do Objeto. Grosso modo, ela se fundamenta através da noção de que apenas aquilo que foi ou é percebido pela mente pode ser considerado como parte da realidade dessa mente em questão. Logo, em algum grau, essa mente pode ser seduzida a acreditar que somente existe (para ele) aquilo que o mesmo possui conhecimento (percepção) sobre. Essa possibilidade, na ótica de Berkeley, torna-se ainda mais potente se a pessoa desconsidera ou é cética diante da existência de Deus (CONTE, 2008).

Pode-se imaginar que se o Princípio Imaterialista possui semelhanças com o fenômeno da Permanência do Objeto, Berkeley criou uma filosofia egocêntrica, incapaz de considerar a existência de alguém além de si próprio.

Levando em conta que, para Piaget, é a concepção de representações dos objetos percebidos na mente da criança que a tira desse primeiro egocentrismo (BREMER; SLATER; JOHNSON, 2015), parece (em uma leitura inicial) que as teses de Berkeley naturalmente são blindadas disso. Pois, em síntese, tudo que teríamos para fundamentar nossas noções de realidade são as representações que criamos dos objetos que estão ao nosso redor constantemente (BERKELEY, 2010). Representações essas fundamentadas através do que é captado por nossos sentidos (SOCIO, 2015).

Apenas a título de elucidação, Representações seriam (de acordo com Piaget) o antídoto do fenômeno da Permanência do Objeto, pois a representação indicaria a

capacidade da criança de criar uma imagem mental do objeto que outrora existia no raio de ação de seus sentidos e, portanto, uma admissão categórica de que a mente infantil da criança em questão já tem poder para assumir que determinadas coisas existem de maneira independente a ela (PIAGET, 1975). Berkeley, semelhante a Piaget, também considera representação como o conceber de uma imagem mental dentro da consciência de um indivíduo (BERKELEY, 2010).

É crucial ressaltar que, no caso da teoria piagetiana, existem dois tipos de representações, como destaca Marlene Alexandroff:

Segundo Piaget, há dois sentidos para o termo representação. Num sentido mais amplo, que ele chamou de representação conceitual, é confundido com o pensamento, ou seja, com toda a inteligência que se apoia num sistema de conceitos e, num sentido mais estrito, ele chamou de representação simbólica que se reduz às imagens mentais, isto é, às lembranças simbólicas da realidade ausentes (ALEXANDROFF, 2010, p. 5).

Dito isso, focaremos apenas na representação simbólica pois, em nossa interpretação, é aquela que mais pode se relacionar com o Princípio do Imaterialismo, *ser é perceber e ser percebido*.

A (capacidade de) *representação simbólica* para Piaget é algo que, grosso modo, começa a se desenvolver por volta de seu um ano e meio de existência, devido (normalmente) ser nessa idade que a mesma começa a explorar ambientes mais diversificados do mundo. Lugares que vão além daqueles normalmente servidos com noções de mundo homogêneas como a casa de seus pais ou de ambientes que a criança não considera ainda realmente coletivos, apesar de ter outras crianças como ela, como acontece nas creches. Nesse segundo caso, o das creches, o contato com o diferente (com o outro) tende a inicialmente não surtir efeito devido aos seus semelhantes ainda se encontrarem na fase egocêntrica de sua linguagem (PIAGET, 1999).

Vale dizer que, distinto de Piaget, Berkeley não concorda com a premissa de que podemos ter acesso direto a matéria (DANCY; SOSA, 1997). Por consequência, só teríamos nossas representações como meio de conhecer o mundo. Em outras palavras, na ótica Imaterialista, ter a representação (a imagem mental) de algo equivale a percebê-la. Portanto, se algo pode ser representado ele pode (em tese) existir ou (no mínimo) ter existido (SARMENTO; SARMENTO, 2019).

Nessa linha de raciocínio, em uma perspectiva micro, ao considerar que só existe (para mim) aquilo que posso conhecer ou perceber, então o que desconheço ou não percebo (para mim) não pode existir. Como diz Berkeley na passagem setenta do Tratado: “não existe substância inanimada e impercebida” (BERKELEY, 2010, p. 104). Em outras palavras, as coisas apenas existem pois estou lá para percebê-las e, em última instância, existem necessariamente por minha causa. Dentro desse contexto, o egocentrismo da infância denunciado por Piaget se encontra potentemente nessa parte da máxima Imaterialista: “*e ser percebido*”.

Sobre a primeira fração da máxima de Berkeley, *ser é perceber* (BERKELEY, 2010), podemos notar que não basta apenas ser percebido por um alguém para podemos ter o *status* de Ser. Ser, para Berkeley, é um elemento inserido na realidade que é capaz de reagir e agir perante as mudanças do mundo, seu constante movimento. A esses elementos singulares a tradição berkeleyana dá o nome de mente ou espírito, como é dito por Jonathan Dancy e Ernest Sosa, em sua *A Companion to Epistemology*: “os espíritos são os únicos seres independentes, ativos, ou, no sentido filosófico, ‘substâncias’” (DANCY; SOSA, 1997, p. 262).

Pense na pedra que estava na floresta de outrora, ela existe (enquanto percebida constantemente por Deus), porém, caso Deus lhe mandasse mensagens (sensações) sobre a realidade que a cerca ela seria incapaz de respondê-lo. Isso acontece devido a pedra não apresentar o poder (a capacidade) para (até onde sabemos) compreender e agir por conta própria diante do mundo em que está inserida (SOCIO, 2015). Para estes elementos que existem na realidade, mas não podem sozinhos agir sobre ela, Berkeley deu a denominação de Objetos, como bem ressaltou Jonathan Dancy e Ernest Sosa: “As coisas sensíveis ou corpos existem, mas como seres inertes dependentes de uma mente que os percepção” (DANCY; SOSA, 1997, p. 262).

Antes de avançar em nossa reflexão, temos que deixar claro que nem tudo que existe na realidade é um Ser. Na verdade, mentes e espíritos tendem a ser mais raros de encontrar no mundo em que estamos inseridos do que objetos. Todo Ser existe, entretanto, nem tudo que existe é um Ser. A noção de que tudo que existe na teoria Imaterialista deve perceber e ser percebido é uma leitura comum, mas equivocada, dessa tradição.

Novamente, é colocado um cenário onde o Imaterialismo e o egocentrismo podem andar de mãos dadas. Afinal, se só existe (para mim) aquilo que percebo, sou necessariamente o centro do mundo. Porém, no esquema de mundo feito por Berkeley, só conheço a realidade através do intermédio de outro – através de Deus (SOCIO, 2015).

2.2 Egocentrismo Infantil e o Ser Perceber e Ser Percebido

Em uma leitura rápida, podemos nos encontrar inclinados a dizer que a filosofia de Berkeley está imune ao egocentrismo da infância devido a suas teses fundamentais, em última instância, não se concentrarem em nós (pessoas, seres possíveis de egoísmo) mas, sim, em Deus. Deus, na visão berkeleyriana, é o bem e a sabedoria em sua forma mais absoluta (MENDES, 2007). Portanto, por possuir tamanha pureza, estaria livre do egocentrismo de qualquer tipo.

Porém, por mais que, como ente, Deus estivesse superior a esta mácula, o preceito no qual a sua realidade criada funciona não possui a mesma sorte. Para Berkeley, a natureza é algo que foi escrito por Deus em sua própria linguagem perfeita, como dito por Luama Socio:

[...] o mundo aparece em sua totalidade como “linguagem de Deus” para Berkeley [...] o mundo como “linguagem de Deus” remete a um mundo em sua totalidade expressivo e, portanto, destituído de uma referencialidade oculta. Sem o mistério do desconhecido por baixo dessa linguagem, a linguagem é o mundo (SOCIO, 2015, p. 14).

Esse mundo, por sua vez, tem como alicerce máximo o princípio do ser é perceber e ser percebido (BERKELEY, 2010). Todas as coisas da realidade existem pois são percebidas por um agente ativo – ou seja, uma mente – capaz de perceber tudo que em nosso mundo habita. Essa mente é Deus.

Como já colocamos, ao menos a segunda parte dessa máxima é passível do egocentrismo infantil estabelecido por Piaget. Levando em conta que a maneira com que uso minha linguagem acaba, em sua gênese, denunciando como é e como percebo meu próprio contexto e mundo (WITTGENSTEIN, 2008), se o princípio no qual a realidade é concebida (escrita) se mostra passível de sofrer com algum grau

de egocentrismo infantil, dentro dessa linha de raciocínio, é possível levantar que esse traço (o egocentrismo infantil) seja um reflexo de seu próprio autor. O próprio Deus.

Quando nos referimos a Deus como um autor não estamos sozinhos: o próprio Berkeley tem o hábito de chamá-lo de autor da natureza em suas obras (BERKELEY, 2010) e colocar a própria natureza (o mundo) como aquilo que ele diretamente escreveu (SOCIO, 2015). Curiosamente, via de regra, quando falamos ou escrevemos algo (usamos a linguagem) mostramos um pouco de como lidamos com a realidade (WITTGENSTEIN, 2008). Mostramos um pouco de nossas características pessoais.

George Bataille, escritor francês do século XX, reserva um pedaço de seu trabalho para falar a respeito do egocentrismo na infância. Em sua ótica, só deixamos de nos pôr como o centro do mundo quando aceitamos o outro como igual, aceitamos a existência do outro independente de nossa vontade ou capricho. Geralmente, para Bataille, esse estágio do amadurecimento psicológico da criança surge em paralelo com o despertar da consciência de sua própria mortalidade e sexualidade (BATAILLE, 2015).

Para Deus, tomar tal posição seria complicado. Ele se comunica conosco através das sensações (suas mensagens) e nos permite responder a elas. Inclusive de maneira errada. Essa permissão, esse aparente livre-arbítrio, invoca a questão de que nós (as mentes que recebem suas mensagens e tem o poder de respondê-las) não somos absolutos como Deus. De fato, na ótica Imaterialista, ninguém é igual a Deus.

Sem que uma mente ascenda à perfeição e se torne imaculada de suas falhas, Deus (em tese) jamais poderia encontrar um igual. Junte isso ao fato de que, mesmo se ele quisesse aceitar as outras mentes como equivalentes a ele, Deus não poderia se livrar da sina de ser a razão da sua existência. Sem ele, a realidade, o mundo, não existiria (SOCIO, 2015). Então, ainda que virtualmente onipotente, Deus não escaparia das garras do egocentrismo infantil como concebido por Bataille.

Advogando a favor de Deus, poderíamos supor que ele, na ótica Imaterialista, é imune ao egocentrismo por (nas obras de Berkeley) não mostrar diretamente sentimentos ou emoções. Comumente, o egocentrismo é postulado como um sentimento em que se é tão único e especial que nenhuma outra alma seria capaz de o igualar (VALENÇA, 1985). Se o egocentrismo é, em algum grau, um sentimento e

Deus não possui sentimentos, Deus seria naturalmente imune a ele – inclusive em sua expressão infantil e adolescente.

Entretanto, ainda que casos de sentimento não sejam encontrados por parte de Deus nas obras de Berkeley, ele é indicado como um ser de bondade absoluta (BERKELEY, 2010b) e que não deseja nos enganar enquanto ensina a nós sobre o mundo através de suas mensagens (BERKELEY, 2010). Bondade, muitas vezes, pode ser interpretada como um sentimento que depende de nossa bússola moral individual misturada com nossos valores sociais para existir. Em última instância, bondade seria o sentimento que embala a disposição para praticar atos que ajudem o próximo (LENCASTRE, 2010).

Se Deus é bondoso e bondade pode ser considerada, dentro dos limites deste trabalho, um sentimento, então, Deus, é passível de ter sentimentos e possivelmente agir através deles. Egocentrismo, também é um sentimento e pode teoricamente acabar por infligi-lo igualmente. Logo, por consequência, Ele (Deus) há de continuar preso nas garras do egocentrismo da infância.

Claro, pode-se dizer que comparar meus semelhantes com Deus é algo descabido pois, como diz o próprio Berkeley em seus Diálogos: “o Autor dessas impressões é sábio, poderoso e bom além da nossa compreensão” (BERKELEY, 2010b, p. 243). Nós, como almas finitas e falhas, não temos como dizer que possuímos essas mesmas qualidades. Mas, ainda resta uma indagação: como ficamos nós dentro desse esquema? Se o Princípio pode levar ao egocentrismo e não temos como nos blindar disso, tal como Deus em sua natureza absoluta, estaríamos percebendo o mundo de maneira egocêntrica? Sem considerar o que o Outro representa para mim?

A questão do que exatamente o meu semelhante é para mim no Imaterialismo – ou seja, até que ponto suas ações realmente importam em minha ótica –, é uma discussão que tem como base a passagem 27 do Tratado: “Por isso não se pode formar a ideia de um espírito ou alma pois, todas as ideias, quaisquer que sejam, sendo passivas ou inertes, não podem representar, por meio de imagem ou semelhança, aquilo que age” (BERKELEY, 2010, p. 74). O raciocínio gira em torno do fato de eu não ter acesso aos pensamentos do Outro, sendo incapaz de acessar seu modo de pensar e a forma como interpreta as sensações que chegam aos sentidos e ganham significado na consciência que lhe governa.

Posso entender (perceber, conhecer) uma mesa caso tenha tempo e instrumentos para tal. Se desejo ver como ela é feita, como cada parte se encaixa com o todo, uso minhas mãos para desmontá-la e utilizo meus olhos para observar cada pequena nuance de sua estrutura. Ainda é possível que eu, buscando conhecer os detalhes de sua criação, estude carpintaria a fundo. No desfecho desse processo, é provável que nenhum segredo sobre determinado Objeto (ao menos, acerca de como ele é criado e funciona) reste fora de meu alcance.

A Ideia (percepção) que temos sobre o Objeto não se separa, dentro do Empirismo Moderno, do conhecimento que temos sobre sua natureza e existência. Aquilo que percebo (conheço) existe para mim, e essa percepção é oriunda da experiência sensível aliada à minha Razão que me permite compreender e organizar os estímulos que avultam no campo sensorial. Esse conceito é frisado por Jean Rodrigues Siqueira:

[...] muitos filósofos modernos já estavam convencidos de que ter uma idéia é o mesmo que perceber uma idéia e que, portanto, não há idéias não percebidas na mente – ou, em outras palavras, que não há pensamentos na mente que não sejam acompanhados por sua consciência (SIQUEIRA, 2005, p. 10).

A título de contextualização, Ideia – no léxico berkeleyriano – bebe da noção empirista moderna de que o termo “Ideia” remete aos *objetos do conhecimento* que recebemos diretamente através de nossos sentidos e, por consequência, originaram-se da fonte primária do conhecimento – os sentidos (MENDES, 2007). Para Berkeley, todas as Representações que criamos sobre o mundo provém dos sentidos, por mais que a matéria que constrói a forma física da realidade não seja acessada diretamente por nós mas, sim, acessada por nós por interlúdio de Deus.

Retornando à questão do Espírito, se, para existir, algo deve ser captado pelos sentidos (PIMENTA, 2007), mas, ao mesmo tempo, sou incapaz de ter acesso aos pensamentos do Outro tal como tenho acesso à mesa do exemplo – uma estrutura que posso montar e desmontar quantas vezes quiser –, como posso dizer que tais pensamentos existem? Se não existem os pensamentos em questão, como posso dizer que uma outra mente além da minha existe? Afinal, mentes são um mosaico de pensamentos movidos por experiências, sejam elas filhas do passado ou presente.

O conceito de *permanência do objeto* nasce justamente da noção de que eu sou o centro de tudo, minha existência é a única válida e todo o resto, se existe, existe em função de mim. Quando levado ao pé da letra que não posso ter conhecimento de outras pessoas, estou dizendo que somente o meu *existir* é o que conta. No caso da epistemologia berkeleyriana, seria como dizer que, no mundo, somente existem duas mentes: a minha e a de Deus. Isso invocaria, por si só, um cenário solitário e egocêntrico. Um cenário muito semelhante ao do bebê em seus primeiros anos de vida: ele acredita que as coisas deixam de existir quando desaparecem de seu alcance sensorial, pois, em sua ótica, ele e os objetos que compõem a realidade são um só. Em outras palavras, pelo ser de sua realidade se encontrar no “ser é ser percebido” de maneira ainda demasiadamente bruta e pouco refinada, a criança considera-se como a *razão de ser* do seu próprio mundo.

Há, então, na ausência da possibilidade de conhecermos o Outro (de conhecermos a sua mente), o nascimento de uma visão egocêntrica da realidade. O *ser é perceber e ser percebido* então levaria ao caminho (a uma perspectiva do mundo) do *egoísmo infantil* como proposto por Piaget. Seria, em suma, uma estrada direta para o individualismo absoluto quando considerado apenas um *fato bruto* e nada mais.

Berkeley poderia responder a isso com outra passagem localizada no parágrafo 27: “Não obstante, deve-se admitir, ao mesmo tempo, que temos uma noção da alma, do espírito e das noções da mente, tais como querer, amar e odiar, pois sabemos ou entendemos o significado dessas palavras” (BERKELEY, 2010, p. 75). Embora raramente Berkeley fale de outros espíritos em sua obra, na citação acima, fica claro que é possível termos alguma noção de sua natureza – conhecê-los em algum nível e assim, garantir sua existência. Para Berkeley, eles podem suscitar reações em nós – agir e interagir conosco. Não temos acesso ao seu interior, aos pensamentos que os governam, mas percebemos suas ações externas. Criamos, então, Representações de suas ações, de suas existências, tal como nós aprendemos a fazer quando determinado objeto sai de nosso alcance, de acordo com Piaget – não temos acesso ao Outro, mas criamos imagens para reconhecê-lo e ele – o outro indivíduo – cria uma de nós. Tal pensamento está expresso em uma das passagens da reta final do Tratado: a passagem de número 138: “é claro que não podemos

conhecer a existência de outros espíritos de outra maneira senão por suas operações ou Ideias por eles suscitadas em nós” (BERKELEY, 2010, p. 156).

Uma aparente resposta pode ser encontrada, graças à citação acima, todavia, o conceito de que podemos conhecer algo de outros Espíritos além do meu próprio não estava dito explicitamente na primeira publicação do *Tratado dos Princípios do Conhecimento Humano*, versão essa que data de 1710. A ideia de que podemos ter algum conhecimento acerca de nossos semelhantes só veio realmente avultar no texto em sua segunda edição, publicada em 1734. E, como coloca Jean Rodrigues Siqueira: “Alguns intérpretes, inclusive, viram nesses acréscimos às edições posteriores dos Princípios e dos Dialogues um mero recurso *ad hoc* utilizado por Berkeley para dar conta de algumas dificuldades decorrentes de seus princípios filosóficos” (SIQUEIRA, 2005, p. 31).

Boa parte do que temos de maior especificidade sobre o tema acerca da mente do Outro vem de acréscimos posteriores feitos pelo autor em suas obras. A causa disso recai no fato de que Berkeley comentou muito pouco sobre a natureza da alma de maneira geral, como esclarece J.O Urmson: “Surpreendentemente, há pouco dito sobre espíritos e sua natureza tanto nos Princípios como nos Diálogos. Não é claro por que isso acontece” (URMSON, 2011, p. 89). O porquê por trás disso é algo que não está claramente exposto em nenhum lugar dos textos berkeleyrianos, sendo algo digno de discussão até os tempos contemporâneos (URMSON, 2011). Isso se torna algo estranho de se afirmar quando consideramos que o Espírito (a mente) está intimamente ligado ao Princípio Imaterialista. Não dissecar o tema a fundo, a natureza da mente, equivale a deixar de lado aquilo que causa a percepção e, por consequência, deixar obscuro o elemento que permite, em nós, vivenciar e tornar possível *o ser é perceber e ser percebido*.

Uma das principais teses, senão a principal, que justifica essa ausência tão notável na epistemologia de George Berkeley é a de que o autor decidiu não comentar muito sobre o tema no intuito de não abrir mais um campo de confronto contra os céticos e ateístas da época, além da própria instituição da Igreja, caso seus pensamentos sobre a natureza da alma pudessem abrir espaço para ataques contra Deus ou contra a própria instituição (URMSON, 2011). Essa possibilidade de resposta se ancora na única pista que podemos encontrar sobre isso nas *obras imaterialistas* – uma que se encontra, especificamente, na anotação 713 dos Comentários

Filosóficos: “N.B. Empregar o máximo de cuidado para não dar o menor motivo de ofensa a Igreja ou aos clérigos” (BERKELEY, 2010b, p. 505). A citação em questão se encontra logo depois que Berkeley comenta sobre a alma e como deve-se tomar cuidado ao trabalhar o tema.

Curiosamente, como vimos anteriormente, mesmo buscando falar pouco sobre a natureza da alma para não correr o risco de proporcionar munição gratuita aos céticos ou irritar os clérigos, Berkeley terminou por dar mais detalhes acerca da alma e, em particular, garantir que podemos ter alguma noção dela, em seus acréscimos posteriores. Não se sabe o motivo que serviu de gênese a essa decisão, não sendo algo comentado no prefácio da edição que sofreu tais alterações.

Todavia, uma vez que o Princípio tem semelhanças com a causa de um egocentrismo – no caso aqui levantado, o egocentrismo infantil – pode-se supor que essas modificações possam ter nascido para garantir que a filosofia Imaterialista não parecesse direcionar seu leitor para um caminho necessariamente individual e potencialmente egocêntrico. Confirmar que podemos sim conhecer a natureza de outros Espíritos nos permite também assegurar que o mundo de cada um – seu *ser é perceber e ser percebido* – não opera à revelia dos outros: à revelia do *bem comum* ou do próximo. Caso parecesse que uma filosofia que leva ao egocentrismo tivesse Deus como sua parte central e causa primeira, a filosofia que nasceu para combater o ceticismo e o ateísmo poderia fazer justamente o oposto.

Não há muito nas obras de Berkeley que sustentam esse pensamento. De fato, o filósofo produziu apenas uma obra onde ele fala sobre o coletivo, “Obediência à doutrina cristã, provada e justificada por meio dos princípios da lei da natureza”, oriunda de um discurso proferido na capela do Trinity College de Dublin. Ela foi publicada em 1712, dois anos depois da publicação original do *Tratado dos Princípios do Conhecimento Humano*. Em suas páginas Berkeley argumenta, grosso modo, que a filosofia que move as pessoas deve ser uma que procura o bem-estar geral por esta ser a vontade do Criador, como destaca J.O Urmson: “Dessa maneira, pensa Berkeley, devemos concluir que o bem-estar geral, que é desejado por Deus” (URMSON, 2011, p. 114). Esse *bem-estar geral* – o bem comum – deve ser alcançado por interlúdio de regras sociais que considerem o coletivo, não só a minha realidade (a minha percepção), mas as das demais pessoas existentes no mundo.

Curiosamente, por ter sido feito cronologicamente após o Tratado, tais pensamentos podem ter influenciado o fato de Berkeley ter decidido falar mais sobre a natureza da mente, particularmente sobre o fato de podermos ter alguma noção do Outro. Caso assim não pudéssemos, não teríamos como sustentar o discurso do bem comum. Como demonstramos, o Princípio Imaterialista e o egoísmo podem ser perigosamente próximos quando o primeiro é considerado de maneira nua e crua.

Não podemos dizer se o receio de uma interpretação bruta do *ser é perceber e ser percebido* direcionar a um tipo de visão de mundo eurocêntrica, de fato levou Berkeley a fazer alterações em suas obras – sendo provavelmente a mais notável a presente na passagem 27 do Tratado, onde o mesmo se corrige sobre a questão de não podermos conhecer a mente de forma alguma, seja a nossa própria ou a do Outro (SIQUEIRA, 2005) – não há registros disso. Porém, cerzir os laços possíveis entre o egocentrismo infantil e o Princípio ajuda a mostrar como, se não lida e assumida com muito cuidado, um único pensamento do autor é capaz de ter consequências que superam sua época e limites originais.

Um outro ponto que surgiu implicitamente nesse texto é como uma filosofia de mais de 200 anos pode falar com nossos conceitos mais contemporâneos, no caso, a psicologia de Piaget. Aliadas, podem trazer uma nova visão acerca do Imaterialismo que considere os conhecimentos mais atuais a fim de colocá-la em outra perspectiva e trazer a ela o papel de centro em discussões e temas mais atuais. Nesse prisma, o trabalho buscou atualizar o pensamento de Berkeley a outro tempo por interlúdio das similaridades potenciais entre o conceito de *ser é perceber e ser percebido* de Berkeley e a noção da *permanência do objeto* proposta por Piaget.

Considerações Finais

Nossa hipótese é que o Princípio Imaterialista pode levar, caso seja adotado sem ressalvas, a uma visão de mundo potencialmente egocêntrica. A noção de que tudo que existe, em minha perspectiva, depende de por mim ser percebido, sugere que eu seria o centro do mundo. Ou, na melhor das hipóteses, que somente eu e Deus, como mente absoluta que mantém a realidade sendo percebida (e, portanto, existindo) continuamente, seríamos os únicos *espíritos* relevantes dentro de meu próprio contexto e existência. Todos os demais, todas as outras pessoas, seriam para

mim similares a Objetos – elementos da realidade secundários que existem em função de minha percepção acerca deles.

Cada um viveria em sua própria realidade, em sua própria visão de mundo, junto a Deus. Isso se torna mais claro, particularmente, quando temos em consideração a primeira versão do *Tratado dos Princípios do Conhecimento*, onde a quantidade de informações acerca da mente (ou Espírito) é escassa e é dito que se tem a impossibilidade de conhecer sua natureza de forma nítida na passagem 27 da obra em questão. Considerando que dentro do paradigma empirista em que Berkeley se encaixa somente existe aquilo que pode ser registrado pelos sentidos e que esse ato define o que posso conhecer – ou seja, somente existe para mim aquilo que conheço ou posso conhecer –, afirmar que não posso conhecer outras mentes equivale a dizer que, em minha perspectiva, não posso realmente ter certeza que outros semelhantes a mim estão no mundo.

Essa conclusão, por si só, indica que no mundo somente posso afirmar, referente a Espíritos similares a mim, com certeza minha própria existência. Se partirmos dessa premissa, que apenas posso ter certeza de meu próprio existir e que a existência dos demais elementos da realidade depende de mim (em uma perspectiva micro) para que possam ser considerados coisas existentes, estaríamos inevitavelmente trilhando uma estrada rumo a uma visão egocêntrica e individualista de mundo.

A suposição fica mais clara quando costuramos uma aproximação entre Berkeley e Piaget – mais especificamente, entre o *ser é perceber e ser percebido* berkeleyano e o conceito de *permanência do objeto* piagetiano. Segundo esse último conceito, o bebê é incapaz de assumir a existência de objetos fora do seu alcance sensorial, acreditando que assim que determinado elemento da realidade foge de seus olhos, o mesmo cessa de existir. Para o psicólogo, tal maneira de ver as coisas termina por levar o indivíduo às garras do egocentrismo – precisamente, ao *egocentrismo infantil*. Isso ocorre devido a criança ainda não conseguir separar sua existência da dos objetos que percebe e, por conseguinte, assumir que o mundo existe devido a sua própria percepção de tais entidades da realidade.

A ideia das coisas que constituem o mundo deixarem de pertencer a categoria do *existir* quando escapam de meus limites sensoriais é justamente o que o Princípio Imaterialista argumenta – isso acontece principalmente na segunda parte do Princípio,

“Ser é ser percebido”. Para que algo exista, esse algo deve ser percebido ou, em outras palavras, conhecido pelos sentidos. O ser (o existir) das coisas é ser percebido por alguma mente. Na perspectiva macro, essa mente é a mente de Deus e, na perspectiva micro – aquela que nos interessa aqui – a mente que percebe é a nossa própria.

Devido ao Princípio, na ótica micro, e o conceito da permanência do objeto defenderem a mesma conclusão, consideramos que o *ser é perceber e ser percebido*, quando interpretado apenas como um fato e nada mais, pode partilhar da mesma consequência que a noção piagetiana apresentada: uma visão egocêntrica de mundo. Quem mais poderia representar o *ser é perceber e ser percebido* como um fato bruto do mundo do que uma criança que ainda não possui a real capacidade de interpretar o mundo com todas as suas nuances e complexidades? A criança, ainda não conseguindo se desvincular do objeto que percebe, vive o Princípio em seu estado mais absoluto – para ela, é um fato bruto que as coisas que constituem o mundo existem somente enquanto as percebe.

Considerar que o *ser é perceber e ser percebido* tem o potencial de, na perspectiva micro, direcionar ao egocentrismo que nos permite vislumbrar tal Princípio sobre outra ótica – uma ótica que, talvez, não fosse vista caso não trouxéssemos as reflexões piagetianas e as colocássemos em uníssono com as teses Imaterialistas. Olhar para antigas e consagradas teorias da filosofia sob novas lentes, lentes próprias dos tempos contemporâneos, pode ser a chave para que a Filosofia continue sempre se atualizando e novas estradas, construídas sobre tijolos arcaicos, possam ser trilhadas.

Referências

ALEXANDROFF, M. C. Os caminhos paralelos do desenvolvimento do desenho e da escrita. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 18, n. 17, 2010, p. 20-41.

BATAILLE, G. **A Literatura e o Mal**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.

BERKELEY, G. **Ensaio para uma Nova Teoria da Visão: A Teoria da Visão Explicada e Confirmada**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2008. (Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução, n. 16).

BERKELEY, G. **Obras Filosóficas – Comentários Filosóficos**. São Paulo: UNESP, 2010c.

BERKELEY, G. **Obras Filosóficas – Tratado sobre Princípios do Conhecimento Humano**. São Paulo: UNESP, 2010.

BERKELEY, G. **Obras Filosóficas – Três Diálogos entre Hylas e Philonous**. São Paulo: UNESP, 2010b.

BREMNER, J. G.; SLATER, A. M.; JOHNSON, S. P. Perception of object persistence: the origins of object permanence in infancy. **Child Development Perspectives**, v. 9, n. 1, 2015, p. 7-13.

CONTE, J. A oposição de Berkeley ao ceticismo. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, v. 18, 2008, p. 325-355.

DANCY, J.; SOSA, E. (Orgs.). **A Companion to Epistemology**. Trecho traduzido por Michael Ayers. Oxford: Blackwell, 1997. p. 261-264. Disponível em: <https://criticanarede.com/berkeley.html>.

FONZAR, J. Piaget: do Egocentrismo (História de um Conceito). **Revista Educar**, Curitiba, v. 5, n. 5, 1986, p. 81-103.

GLASERSFELD, E. von. Aspetti del costruttivismo: Vico, Berkeley, Piaget. In: CERUTI, M. (Ed.). **Evoluzione e conoscenza**. Bergamo: Lubrina, 1992. p. 421-432.

LENCASTRE, M. P. A. Bondade, altruísmo e cooperação: considerações evolutivas para a educação e a ética ambiental. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 15, n. 15, 2010, p. 113-124.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PIAGET, J. **A representação do mundo na criança**. Rio de Janeiro: Record, 1975.

PIAGET, J. **Desenvolvimento e aprendizagem**. Studying teaching, 1972, p. 1-8.

PIAGET, J. Pensamento egocêntrico e pensamento sociocêntrico. **Cadernos de sociologia internacional**, Paris, 1951.

PIMENTA, P. P. G. John Locke: Origem e Formação das Ideias. **Mente, Cérebro e Filosofia**. São Paulo: 2007, p. 23-25.

SARMENTO, M. S. P. **Imaterialismo na Era Digital: a Linguagem dos Emoji sob uma Ótica Berkeleyyriana**. 2022. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

SARMENTO, M. S. P.; WELLINGTON, W. F. Berkeley sob uma Ótica Contemporânea. **PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 8, n. 16, 2019, p. 209-225.

SIQUEIRA, J. R. **Ser é ser percebido**. Um exame de duas interpretações da justificação do *esse est percipi* na filosofia de George Berkeley. 2005. 106 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOCIO, L. **Mente, Ideia e Linguagem**: O Imaterialismo de Berkeley no Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano. 2015. 221 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

URMSON, J. O. **Berkeley**. Florianópolis: Edição do autor, 2011.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

Recebido: 30/04/2024
Aprovado: 12/07/2024